

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 137 , DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

“ Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, que “Institui e regulamenta o adicional de função aos servidores públicos municipais e dá outras providências”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Terá direito um adicional de função de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico o servidor convocado a participar de Comissão de licitação e/ou Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e/ou Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e/ou Comissão Permanente de Avaliação de Áreas e/ou Comissão de Controle Urbanístico e/ou Comissão de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do ITR (Imposto Territorial Rural), além de suas atribuições normais.”

§ 1º A inclusão da Comissão de Controle Urbanístico e da Comissão de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do ITR terá como prazo de vigência o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º A presente Lei terá seus efeitos retroagidos a 1º de fevereiro de 2011.

Art. 3º Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 03 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

NÃO RUBRICAR
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 137, de 03 de outubro de 2011, que *“Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, que institui e regulamenta o adicional de função aos servidores públicos municipais e dá outras providências”*.

A presente proposta visa incluir dentre as comissões que recebem o adicional de função as Comissões de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do Imposto Territorial Rural - CACFTR e a de Controle Urbanístico - CCURB.

Destaca-se que a concessão para os membros da CCURB deve pelo fato de que, nos termos do § 2º do art. 69 do Plano Diretor do Município, resta estabelecido que a aludida comissão tem por objetivo analisar de forma integrada os processos de parcelamento do solo, de edificações e de atividades, o que ocorre de forma contínua e permanente.

A concessão do adicional aos membros da CACFTR torna-se necessária para que se possa dar continuidade aos serviços que estão sendo realizados pela aludida comissão, no qual, entre outras atribuições, está elaborando medidas fundamentais para controle dos contribuintes selecionados na malha fiscal do ITR provinda da Receita Federal do Brasil, bem como está sendo efetivado o acompanhamento e a cobrança do referido tributo quando da disponibilização dos aplicativos por parte da Receita Federal.

Observa-se que a concessão do adicional já havia sido concedida através das Leis Municipais nºs 3.005/09, 3.213/10 e 3.357.

Nota-se que a concessão da vantagem justifica-se pela responsabilidade e importância da atribuição que os servidores convocados têm ao participarem das referidas comissões, além do que se tratar de uma função diversa atribuída ao cargo para o qual realizaram concurso.

Salienta-se que não se faz necessária a realização de estudo de impacto orçamentário-financeiro, visto não tratar-se de despesa continuada.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal